



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT**

**COMISSÃO DE CULTURA**

**PROJETO DE LEI Nº 2.657, DE 2022**

Veda a censura à produção jornalística, a censura prévia e de ofício durante o período eleitoral e dispõe sobre o crime de censura eleitoral, adiciona art. 43-A, § 4º ao art. 57-C e art. 57-K à lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 e art. 38-A à lei 13.689 [sic] de 5 de setembro de 2019 e dá outras providências.

**Autores:** Deputados GILSON MARQUES E  
MARCEL VAN HATTEM

**Relator:** Deputado ABILIO BRUNINI

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 2.657, de 2022, veda a censura à produção jornalística, a censura prévia e de ofício durante o período eleitoral e dispõe sobre o crime de censura eleitoral, adicionando art. 43-A, § 4º ao art. 57-C, bem como art. 57-K à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, além de art. 38-A à Lei nº 13.689 de 5 de setembro de 2019, com o objetivo de garantir as liberdades de expressão e opinião jornalística.

A proposição foi distribuída às Comissões de Cultura (CCult), de Comunicação (CCom) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

**II - VOTO DO RELATOR**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT**

O Projeto de Lei nº 2.657, de 2022, veda a censura à produção jornalística, a censura prévia e de ofício durante o período eleitoral e dispõe sobre o crime de censura eleitoral, com o objetivo de garantir as liberdades de expressão e opinião jornalística. Para tanto, são alteradas duas normas: a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral) e a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade.

Na Lei Eleitoral, fica vedada qualquer censura, inclusive favoráveis ou desfavoráveis a quaisquer candidatos, em “manifestações jornalísticas e de imprensa” (art. 43-A). Ficam vedadas, no mesmo sentido, a censura prévia (proibição de veicular “opiniões, palavras, produções, publicações ou manifestações” ou multa superior a R\$ 30 mil (máximo estipulado no § 2º do art. 57-C) e “qualquer ação de fiscalização, controle ou censura de ofício sobre opiniões, palavras, produções, publicações ou manifestações acerca dos candidatos”, estas compreendendo:

- I - Decisão sem pedido anterior e específico do Ministério Público Eleitoral ou de terceira parte habilitada para tal;
- II - Decisão em desfavor de pessoa não requerida individual e especificamente por terceira parte habilitada, ainda que o teor de quaisquer conteúdos por ela publicados já tenham sido objeto de decisão anterior;
- III - Decisão que determine retirada de mais conteúdos ou publicações do que o requerido pela terceira parte habilitada;
- IV - Decisão que determine a censura ou retirada de conteúdo em desfavor de polo passivo indeterminado ou não individualizado em pedido à Justiça Eleitoral por parte habilitada.

Na Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, é acrescido art. 38-A, com a seguinte redação:

**Censura eleitoral**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT**

Art. 38-A. Censurar opiniões, palavras, matérias ou demais manifestações jornalísticas em período eleitoral.

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena o magistrado que determina censura prévia ou de ofício à veiculação de quaisquer opiniões, palavras, produções, publicações ou manifestações em período eleitoral.

No mérito cultural, a proposição é recoberta de relevância, uma vez que reafirma os ditames constitucionais destinados a proteger a liberdade de expressão e de manifestação do pensamento, reforçando-os no âmbito das duas Leis que se pretende modificar. Propomos, apenas, efetuar retificação do número da Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019 (que vem grafada com dois números invertidos: “lei 13.689”), por meio de Emenda.

Diante do exposto, nosso voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 2.657, de 2022, com a Emenda anexa.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.

**Deputado Abilio Brunini**

**PL - MT**

**Relator**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT**

**COMISSÃO DE CULTURA**

**PROJETO DE LEI Nº 2.657, DE 2022**

Veda a censura à produção jornalística, a censura prévia e de ofício durante o período eleitoral e dispõe sobre o crime de censura eleitoral, adiciona art. 43-A, § 4º ao art. 57-C e art. 57-K à lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 e art. 38-A à lei 13.689 [sic] de 5 de setembro de 2019 e dá outras providências.

**EMENDA Nº**

Onde se lê “lei 13.689, de 5 de setembro de 2019”, no projeto, inclusive em sua ementa, leia-se “Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019”.

Sala da Comissão, em        de        de 2024.

**Deputado Abilio Brunini**

**PL - MT**

**Relator**

